

## PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2024. DISPENSA LICITAÇÃO N° 009/2024.

96  
8

**Unidade Solicitante:** Prefeitura Municipal de Brejão e Fundos Municipais (FME, FMS, FMAS).

**OBJETO:** SERVIÇOS. CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÕES E DECORAÇÕES PARA OS EVENTOS DE FESTIVIDADES, PROJETOS E REUNIÕES DA PREFEITURA E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

**Fundamento:** Dispensa de Licitação, observada o disposto Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006; 147, de 07 de agosto de 2014; Decreto Federal que atualiza os valores estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos, e Decreto Municipal nº 04, de 04 de janeiro de 2024, e legislação pertinentes, e consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

## Minuta de Edital

Brejão/PE, 2024.





# Governo Municipal de Brejão

## DISPENSA DE LICITAÇÃO:

009/2024

16/07

## CONTRATANTE (UASG):

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO e FUNDOS MUNICIPAIS (FME, FMS, FMAS) - ESTADO DE PERNAMBUCO.

## OBJETO:

**SERVIÇOS.** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÕES E DECORAÇÕES PARA OS EVENTOS DE FESTIVIDADES, PROJETOS E REUNIÕES DA PREFEITURA E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$: 50.800,60 (CINQUENTA MIL E OITOCENTOS E SESENTA CENTAVOS).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 16.07.2024 às 10h (horário de Brasília).

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

## MODO DE DISPUTA:

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS VIA E-MAIL OU PRESENCIAL

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf  
assinado por: iduser 56



# Governo Municipal de Brejão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2024.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2024.

928

Base no Art. nº 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

## PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BREJÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.131.076/0001-00, com estabelecida estabelecida na Praça Melquiades, Bernardo, 01, Centro, Brejão/PE,, em comum acordo com os Gestores dos municipais, no uso de suas prerrogativas legais, tendo em vista o princípio da publicidade, conforme inscrito no caput do art. 37, da Constituição da República de 1988, torna público que, realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob o **regime de execução dos serviços**, será na **forma indireta**, nos termos do Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal atualiza os valores estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos; Decreto Municipal nº 04, de 04.01.2024, e alterações posteriores, demais normas aplicadas à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta com objetivo de selecionar a mais vantajosa, observada a data e horário discriminado a seguir:

Nos termos do Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, sessão pública ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis para o processamento da Dispensa que acontecerá, conforme abaixo especificado:

Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	De 11.07 a <b>15.07.2024.</b>
Horário e Data da Abertura de Averiguar Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	<b>10h</b> do dia <b>16.07.2024.</b>
Referências de Horário	<b>Horário de Brasília – DF.</b>
Endereços para Envio da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	<b>Sede da Prefeitura, localizado na Praça Melquiades Bernardes, 01 – Centro – CEP.: 55.325-000.</b> <b>E-mail: <a href="mailto:licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com">licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com</a></b>
	Protocolo por <b>E-mail: Até às 23h59min</b> do último dia.
	Protocolo <b>Presencial: Até às 16h</b> do último dia
Link do Edital e anexo – Portal da Transparência:	<b><a href="https://brejao.pe.gov.br/">https://brejao.pe.gov.br/</a></b>

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentações e decorações para as festividades, projetos e reuniões da Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde, Assistência e Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL com as características descritas no Termo de Referência.

## 2. DO VALOR MÁXIMO E PRAZO DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.1 O valor máximo estabelecido para contratação conforme consta na tabela abaixo:

CENÁRIO I					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Médio	Valor Total





99



# Governo Municipal de Brejão

01	10	UNI	01 PAINEL RUSTICO MEDINDO 4,50L X 2,20 A 03 TAPETES ESTEIRA 04 LUSTRE RUSTICO FLORES PERMANENTES 03 VASOS 02 POLTRONA 06 CESTOS DE PALHA NATURAL 02 MESES LATERAIS	R\$ 1.355,26	R\$ 13.552,60
<b>CENÁRIO II</b>					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Médio	Valor Total
02	06	00	02 PAINES DESCONTRUIDO 03 PAINEL PERSONALIZADO TEMÁTICO 2,2 X 1,2 02 TAPETES ILUMINAÇÃO DE LED PARA PAINES 01 MESA DE APOIO PARA AUTORIDADE 04 DISPLAYS TEMÁTICOS 04 CILINDROS 06 CESTOS FIBRA NATURAL 02 ÁRVORE DECORATIVA DEMAIS ACESSÓRIOS QUE COMPOEM O TEMA	R\$ 1.650,00	R\$ 9.900,00
<b>CENÁRIO III</b>					
Item	Qtde	Und.	Descrição	Valor Médio	Valor Total
03	04	UNI	01 PAINEL EM SUBLIMAÇÃO 3D MEDINDO 6,0 L X 2,70 A 04 TAPETES AMBIENTE ILUMINAÇÃO LED PAINEL 01 MESA DE APOIO 04 ARRANJO FLORES NATURAIS 01 MESA AUTORIDADE 04 VASOS 01 LOUNGE DE ENTRADA 01 ARRANJO DE FLORES NATURAIS 05 PAINES DESCONSTRUIDO 02 TAPETES 02 POLTRONAS 04 LUSTRES	R\$ 3.700,00	R\$ 14.800,00
<b>CENÁRIO IV</b>					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Médio	Valor Total
04	02	UNI	01 PANEIS EM SUBLIMAÇÃO 3D TEMATICA MEDINDO 6,0 L x2,70 A 04 TAPETE AMBIENTE ILUMINAÇÃO DE LED PARA PAINEL 01 MESA DE APOIO P/ ALTORIDADES 01 TAPETE PASSADEIRA PARA FORMANDOS 02 MESAS DE APOIO 10 BANDEJAS 04 VASOS01 PANEIS EM SUBLIMAÇÃO 3D TEMATICA MEDINDO 6,0 L x2,70 A 04 TAPETE AMBIENTE ILUMINAÇÃO DE LED PARA PAINEL 01 MESA DE APOIO P/ ALTORIDADES 01 TAPETE PASSADEIRA PARA FORMANDOS 02 MESAS DE APOIO 10 BANDEJAS 04 VASOS01 PANEIS EM SUBLIMAÇÃO 3D TEMATICA MEDINDO 6,0 L x2,70 A 04 TAPETE AMBIENTE ILUMINAÇÃO DE LED PARA PAINEL 01 MESA DE APOIO P/ ALTORIDADES 01 TAPETE PASSADEIRA PARA FORMANDOS 02 MESAS DE APOIO 10 BANDEJAS	R\$ 6.274,00	R\$ 12.548,00



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
 assinado por: idUser:56



# Governo Municipal de Brejão

04 VASOS
Valor total dos Serviços – RS: 50.800,60 (Cinquenta mil e oitocentos e sessenta centavos)

2.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de até 60 (sessenta) dias, contar da data de encaminhamento.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

#### 3.1. Poderão participar desta Dispensa:

a. Poderão participar da licitação quaisquer licitantes – pessoa jurídica, que atendam às condições de credenciamento, e todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

#### 3.2. Não poderão concorrer nesta Dispensa:

- a. Não será permitida a participação de pessoa física ou jurídica em consórcios.
- b. Estejam sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, falência.
- c. A Licitante que esteja sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, sejam físicas ou jurídicas, concorrendo entre si.
- d. Não seja servidor ou funcionário de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- e. Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração, ou qualquer de seus órgãos descentralizados;

3.3. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

### 4. DA HABILITAÇÃO – Art. 62, da Lei nº 14.133/2021

4.1. Os documentos abaixo relacionados, devem ser entregues em 01 (uma) via, sendo que as certidões exigidas deverão estar com data de validade dentro do prazo de cadastro e abertura do certame, caso as mesmas estejam vencidas ou não seja apresentado algum dos documentos exigidos, o licitante será considerado desabilitado. Os documentos abaixo poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Brejão/PE, sala da Comissão.

#### 4.2. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – Art. 68, da Lei 14.133/2021.

- a. Ato constitutivo, **Registro Comercial**, no caso de **Empresa Individual**: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede.
- b. No caso de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- c. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor com suas alterações, devidamente registrado pela junta comercial, em se tratando de **Sociedades Comerciais, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU)** e, no caso de **Sociedade Por Ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d. **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de **Sociedades Civas (Simples)**, alterações subsequentes; devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado da prova da diretoria em exercício.
- e. **Decreto de autorização em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira**, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 4.3. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL – Art. 68, da Lei 14.133/2021.

- a. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos diretores;
- b. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;





104  
103



# Governo Municipal de Brejão

- c. **Prova de regularidade junto à Fazenda Federal** administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, compreendendo a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e do INSS (**Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa**);
- d. **Prova de regularidade** relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- e. **Prova de regularidade (certidão) Fiscal** da proponente com a **Fazenda Estadual**, relativo à sede do licitante, que se fará mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos**;
- f. **Prova de regularidade** para com a **Fazenda Municipal**, comprovada através de **Certidão de Regularidade Fiscal, Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos** Municipal emitida pela Prefeitura Municipal sede da licitante.
- g. Declaração do cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

h. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

#### **4.4. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À TRABALHISTA – Art. 68, da Lei 14.133/2021.**

- a. A **Regularidade Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- b. **Prova de inexistência** de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa**, (conforme Lei 12.440/2011, que poderá ser obtida através do endereço: (<http://www.tst.gov.br/certidao>)).

#### **4.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA – Art. 69, da Lei 14.133/2021.**

- a. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 4.5.1.1. **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial** expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida para a data designada para recebimento dos documentos e propostas, se outro prazo não constar do documento, e/ou,
- b. **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial** referente aos processos distribuídos pelo PJ-e (**Processos Judiciais Eletrônicos**) da sede da pessoa jurídica, sendo **1º e 2º grau**. Link: <https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>
- c. Caberá ao licitante obter a **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da pessoa jurídica.
- d. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

#### **4.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a. A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 4.6.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de **atividade pertinente e compatível em características** com o objeto da licitação através da apresentação de no **mínimo 01 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica**, fornecido por **Pessoa Jurídica de Direito Público e/ou Privado**, com indicação da **prestação de serviço** de forma clara e objetiva, devendo o atestado conter: **além do nome do atestante, seu CNPJ/MF, endereço completo, telefone e afirmação** de que a **Empresa executou corretamente e de forma satisfatória, atendendo a todas as condições**





# Governo Municipal de Brejão

contratuais.

Não será

Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

4.6.1.2. **OBS:** apenas o atestado sem notas e contratos em anexo.

4.6.1.3. Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

aceito o

## 5. DO ENVELOPE

5.1. Os envelopes contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** será recebida no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital, em sessão pública de processamento da Dispensa dos interessados que se apresentar para participar do certame.

5.2. Os documentos de credenciamento/habilitação deverão ser apresentados em envelope opaco, lacrado, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

### ENVELOPES – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO/PE

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 009/2024.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA

TELFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

## 6. DO PAGAMENTO

6.1. A forma de pagamento ocorrerá por empenho. Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia subsequente ao dia que a fatura for protocolada na Secretaria de Finanças. Se término deste prazo coincidir com dia sem expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato, conforme cronograma físico financeiro estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 7. DA VIGÊNCIA

7.1. O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses** a partir da assinatura do contrato, para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços contratados, podendo a Administração Pública, prorrogar a vigência do contrato por iguais e sucessivos períodos nos termos do Art. 105, e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Nesse ponto, quadra salientar que o fundamental é delinear adequadamente os contornos da aplicação do conteúdo da norma de caráter excepcional contida no art. 107, Lei Federal nº 14.133/2021, que é permitir contratações não adstritas à vigência dos créditos orçamentários, desde que haja vantagem para a Administração Pública. Nesse sentido, buscar a interpretação adequada da norma, para que ela cumpra efetivamente a sua finalidade, significa inseri-la entre dois extremos possíveis: o da interpretação restrita (literal) e o da interpretação ampla (excessivamente liberal). Assim, o determinante para o estabelecimento de um prazo contratual diferenciado será sempre a existência de vantagem para a Administração, o que deverá estar adequadamente explicitado na motivação do ato administrativo. Em outras palavras, a norma confere à Administração a possibilidade de estabelecer prazos diferenciados (no máximo 60 meses) na contratação de serviços de forma continuada, notadamente para que sejam alcançados resultados mais eficientes e a um menor custo para a Administração.

## 8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. Der causa à inexecução parcial do contrato;





203  
B



# Governo Municipal de Brejão

- b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Der causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 **Advertência:** Quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

I. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

II. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

8.2.2. **Multa:**

a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133, de 2021.

d. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

8.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

8.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.







# Governo Municipal de Brejão

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

84  
88

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 9. RESCISÃO

9.1. Contratante poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.2. A Lei nº 14.133/2021 dedica o Capítulo VIII às hipóteses de rescisão contratual, por fatos posteriores ou supervenientes a sua celebração.

9.3. Pela Lei nº 14.133/2021, de acordo com art. 138, poderá ser extinto: unilateralmente pela Administração; consensualmente, por acordo entre as partes; ou por decisão arbitral/judicial.

9.4. Nos casos em que reste impossibilitada a prestação do serviço, por caso fortuito ou força maior, entre outros, a Contratante poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

9.5. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou por via postal, com aviso de recebimento ou qualquer outro mecanismo hábil.

9.6. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.





# Governo Municipal de Brejão

## 10. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 10.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 10.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 10.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 10.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 10.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.
- 10.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 10.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.
- 10.8. A empresa contratada deve garantir que os pacientes registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) recebam um atendimento eficiente e de alta qualidade durante todo o processo de tratamento.
- 10.9. A empresa deve seguir rigorosamente os prazos estabelecidos para a marcação e realização dos procedimentos médicos.
- 10.10. Apresentar informações sobre datas, horários, locais e requisitos específicos devem ser transmitidas de maneira acessível e compreensível.
- 10.11. A empresa contratada deve manter registros detalhados de todas as marcações, consultas e exames realizados. Isso inclui a emissão de comprovantes, notas fiscais e outros documentos necessários.
- 10.12. A empresa deve seguir os princípios éticos da medicina e respeitar a privacidade dos pacientes. Isso inclui a confidencialidade das informações pessoais e médicas.
- 10.13. Não efetivar cobranças adicionais sem justificativa.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 11.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 11.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 11.5. Atestar as notas fiscais/faturas, por meio de servidor(es) competente(s) para tal;
- 11.6. Aplicar as sanções administrativas regulamentares e contratuais.
- 11.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.





# Governo Municipal de Brejão

11.8. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Todas as despesas decorrentes deste processo de Dispensa de Licitação ocorrerão por conta de recursos provenientes do Orçamento Geral e do Fundo do Município, através das seguintes classificações orçamentária:

Unidade Orçamentária	10	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/ Atividade	10.122.1002.2090	Gestão Administrativa da Sec. De Saúde
Projeto/ Atividade	10.301.1001.2130	Atenção Básica – PAB 15% Rec Próprio
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	12	FME – Fundo Municipal de Educação
Projeto/ Atividade	12.361.1201.2027	Sec. Educ – Manutenção das Atividades da Secretaria
Projeto/ Atividade	12.361.1201.2050	QSE – Custeio de Despesa Vinculado ao Salario ED
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	08	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social de Brejão
Projeto/ Atividade	08.122.0801.2206	Gestão Administrativa do Fundo de Assist. Social
Projeto/ Atividade	08.244.0803.2119	Manut. – Prog. Criança Feliz
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	04	Gestão Administrativa do Município
Projeto/ Atividade	04.121.0403.2080	Sec Governo – Manutenção das Atividades da Unidade
Projeto/ Atividade	04.122.0403.2011	Gab Pref – Manutenção das Atividades do Gabinete
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## 13. DA SUBCONTRATAÇÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

13.1. O presente objeto não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, salvo, havendo justificativa aceita e vantajosidade para o município, mediante autorização da Autoridade competente.

## 14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos





# Governo Municipal de Brejão

jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Poderá o Município **revogar** o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

15.2. O Município deverá **anular** o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

15.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

## 16. DO FORO

16.1. Na esteira do § 1º, do art. 92, da Lei Federal 14.133/2021 para as questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Garanhuns/PE, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

Brejão, 09 de julho de 2024.

**Elisabeth Barros e Santana**  
Gestora

**Erica Mirele de Santos Moreira**  
Secretária Municipal de Saúde-FMS  
Gestora do FMS

**Erivan Lopes Peixoto**  
Secretário de educação-FME  
Gestor do FME

**Francisca Andrea Santana de Godoy**  
Secretaria municipal-FMAS  
Gestora do FMAS

Foro





# Governo Municipal de Brejão

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**DISPONIBILIZADO NO SÍTIO - DIGITAL (PDF).**

308  
30



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
assinado por: idUser:56





# Governo Municipal de Brejão

## ANEXO II

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO PMB/FMS Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/2024.

CONTRATO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO PARA PREFEITURA E OS FUNDOS MUNICIPAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BREJÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BREJÃO, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB o nº \_\_\_\_\_, E A \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento público de contrato, que entre si firmam, como:

a) **A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.131.076/0001-00, com sede na Praça Melquíades Bernardes, 01 - Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pela sua Prefeita **Elisabeth Barros de Santana**, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e na CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_ - Sxx/xx, residente e domicílio neste Município de Brejão/PE.

b) **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63, com estabelecida na Av. Bacharel Francisco Pereira Lopes, 157, Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pela Secretária Municipal de Saúde – Gestora do FMS, Sra. \_\_\_\_\_, brasileira, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e na CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_ - Sxx/xx, residente e domicílio no Município de \_\_\_\_\_ - PE;

c) **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.820.772/0001-30, com endereço na sede, sito Travessa Capitão Francisco Furtado, s/nº - Centro – CEP: 55.325-000 – Brejão/PE, neste ato representado legalmente pelo seu Gestor, Secretário Municipal de Educação – Gestor do FME, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e na CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_ - Sxx/xx, residente e domicílio no Município de \_\_\_\_\_ - PE;

d) **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.628.090/001-74, com sede na Av. Bacharel Francisco Pereira Lopes, 210, Centro, Brejão/PE, neste ato representado legalmente pela sua Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestora do FMAS, Sra. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e na CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_ - Sxx/xx, residente e domicílio no Município de \_\_\_\_\_ - PE, e, do outro lado;

e) Denominada como **CONTRATADA**, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF ou CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu proprietário/administrador o \_\_\_\_\_, qualificado \_\_\_\_\_, residente e domicílio na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, e na CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Considerando a solicitação e justificativa constante na Comunicação Interna da Secretaria Municipal, sujeitando-se às disposições da Dispensa de Licitação autuado sob o nº 003/2024, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato, parte integrante deste Processo, sujeitando-se às partes, no que couber, às normas disciplinares do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas legais aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

### 1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.2. **Constitui objeto do presente Termo de Referência a licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentações e decorações para as festividades, projetos e**





# Governo Municipal de Brejão

330  
9

reuniões da Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde, Assistência e Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL com as características descritas no Termo de Referência.

## 2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

- 2.1. O regime de execução deste contrato será de forma indireta, a contratada deverá exercer atividades relacionadas com as prestações de serviços que serão entregues ao Município de Brejão, em conformidade com as Leis, as Resoluções e Diretrizes estabelecidas.
- 2.2. Necessários para atender as necessidades das atividades realizadas pela prefeitura e fundos municipais, ou seja, serviço de ornamentação, apresentado um quantitativo de serviços.
- 2.3. O serviço de ornamentação para as festividades, formatura, projetos e reuniões desenvolvido pela prefeitura e os fundos municipais descrito no Termo de Referência.
- 2.4. Com a finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais normas aplicadas à espécie.
- 2.5. A contratação do serviço, objeto deste contrato, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006; 147, de 07 de agosto de 2014; e Decreto Municipal nº 4, de 04 de janeiro de 2024, e legislação pertinentes, e consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

## 3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. O valor global do referido Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo, os pagamentos relativos aos serviços efetivamente prestados, no prazo de até 15º (décimo quinto) dias, após a apresentação das notas fiscal/faturas correspondentes, se nenhuma irregularidade for constatada, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Und de Medida	Quantidade	Valor Mensal R\$	Total Anual R\$
1				0,00	0,00
				0,00	0,00
				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>				0,00	0,00

- 3.2. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir da sua representação sem erros.
- 3.3. O pagamento será feito através de crédito bancário na conta em nome do CONTRATADO.
- 3.4. O CNPJ/MF constante da nota fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo indicado nos autos do processo e do presente contrato, sob pena de não ser efetuado o pagamento.
- 3.5. Os pagamentos ocorrerão conforme cronograma físico financeiro apresentado pela Administração.
- 3.6. Este preço inclui todos os tributos aplicáveis, taxas, frete, embalagem, encargos sociais, BDI e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto e deduzidos todos os descontos eventualmente concedidos.
- 3.7. O preço ajustado na presente Cláusula compreende todos os encargos e despesas com mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, inclusive obrigações trabalhistas, civis e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças, cópias dos projetos, entre outros que venham a incidir.
- 3.8. O pagamento do serviço será em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, pagamento instantâneo – PIX, transferência bancária, depósito, até o 15º (décimo quinto) dia útil



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf  
assinado por: idUser: 56



# Governo Municipal de Brejão

após o recebimento do documento de cobrança devidamente atestado pelo representante da Administração, e será depositado na conta corrente da Contratada, junto à agência bancária indicada pela mesma;

3.9. Para fins de pagamento, o documento de cobrança deverá ser emitido obrigatoriamente com as mesmas informações, inclusive CNPJ/MF ou no CPF/MF do sócio, constantes na proposta de preços e no instrumento de Contrato, não se admitindo documento de cobrança emitido com dados divergentes;

3.10. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento de cada parcela.

3.11. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

3.12. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere a Contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 4.0 CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. O valor do aluguel é fixo e irrevogável durante os 12 (doze) primeiros meses de vigência deste contrato. Após este prazo poderá ser reajustado anualmente pelo IPCA – IBGE ou por outro índice ajustado entre as partes.

## 5.0 CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses** a partir da assinatura do contrato, para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços contratados, podendo a Administração Pública, prorrogar a vigência do contrato por iguais e sucessivos períodos nos termos do Art. 105, e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Nesse ponto, quadra salientar que o fundamental é delinear adequadamente os contornos da aplicação do conteúdo da norma de caráter excepcional contida no art. 107, Lei Federal nº 14.133/2021, que é permitir contratações não adstritas à vigência dos créditos orçamentários, desde que haja vantagem para a Administração Pública. Nesse sentido, buscar a interpretação adequada da norma, para que ela cumpra efetivamente a sua finalidade, significa inseri-la entre dois extremos possíveis: o da interpretação restrita (literal) e o da interpretação ampla (excessivamente liberal). Assim, o determinante para o estabelecimento de um prazo contratual diferenciado será sempre a existência de vantagem para a Administração, o que deverá estar adequadamente explicitado na motivação do ato administrativo. Em outras palavras, a norma confere à Administração a possibilidade de estabelecer prazos diferenciados (no máximo 60 meses) na contratação de serviços de forma continuada, notadamente para que sejam alcançados resultados mais eficientes e a um menor custo para a Administração.

## 6.0 CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos necessários para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência são provenientes do Orçamento Geral da prefeitura e dos Fundos do Municipais, através das seguintes classificações orçamentária:

Unidade Orçamentária	10	FMS – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/ Atividade	10.122.1002.2090	Gestão Administrativa da Sec. De Saúde







# Governo Municipal de Brejão

Projeto/ Atividade	10.301.1001.2130	Atenção Básica – PAB 15% Rec Próprio
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	12	FME – Fundo Municipal de Educação
Projeto/ Atividade	12.361.1201.2027	Sec. Educ – Manutenção das Atividades da Secretaria
Projeto/ Atividade	12.361.1201.2050	QSE – Custeio de Despesa Vinculado ao Salário ED
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	08	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social de Brejão
Projeto/ Atividade	08.122.0801.2206	Gestão Administrativa do Fundo de Assist. Social
Projeto/ Atividade	08.244.0803.2119	Manut. – Prog. Criança Feliz
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	04	Gestão Administrativa do Município
Projeto/ Atividade	04.121.0403.2080	Sec Governo – Manutenção das Atividades da Unidade
Projeto/ Atividade	04.122.0403.2011	Gab Pref – Manutenção das Atividades do Gabinete
Classificação Econômica	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Classificação Econômica	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## 7.0 CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.1.5. Atestar as notas fiscais/faturas, por meio de servidor(es) competente(s) para tal;

7.1.6. Aplicar as sanções administrativas regulamentares e contratuais.

7.1.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.1.8. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### 7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer





# Governo Municipal de Brejão

333  
②

título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

7.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

7.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

7.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

7.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

7.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

7.2.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.2.8. A empresa deve seguir rigorosamente os prazos estabelecidos para realização dos procedimentos de ornamentação e decoração.

7.2.9. Apresentar informações sobre datas, horários, locais e requisitos específicos devem ser transmitidas de maneira acessível e compreensível.

7.2.10. A empresa contratada deve manter registros detalhados de todas as ações realizadas. Isso inclui a emissão de comprovantes ou e outros documentos necessários.

7.2.11. Não efetivar cobranças adicionais sem justificativa.

7.2.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado a Lei Federal nº 14.133/2021.

## 8.0 CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Der causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





# Governo Municipal de Brejão

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência:** Quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

III. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

8.2.2. **Multa:**

e. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

f. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

g. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

h. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

8.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para o Contratante;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competentes definidos na referida Lei (art. 159).





355



# Governo Municipal de Brejão

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133/21.

## 9.0 CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1. Contratante poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.2. A Lei nº 14.133/2021 dedica o Capítulo VIII às hipóteses de rescisão contratual, por fatos posteriores ou supervenientes a sua celebração.

9.3. Pela Lei nº 14.133/2021, de acordo com art. 138, poderá ser extinto: unilateralmente pela Administração; consensualmente, por acordo entre as partes; ou por decisão arbitral/judicial.

9.4. Nos casos em que reste impossibilitada a prestação do serviço, por caso fortuito ou força maior, entre outros, a Contratante poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

9.5. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou por via postal, com aviso de recebimento ou qualquer outro mecanismo hábil.

9.6. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos.

## 10.0 CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

10.1. O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos, ao Edital de Dispensa de Licitação nº 009/2024, e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

## 11.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1. O CONTRATADO deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do Objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
assinado por: idUser 56



336  
B



# Governo Municipal de Brejão

12.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal/Gestor do contrato deverão ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

12.3. O acompanhamento da execução ficará a cargo da unidade requisitante dos serviços, através do Gestor/Fiscal do contrato ou servidor por ele designado, nos termos do Art. 25 da Lei nº 14.133/21, cujo acompanhamento ocorrerá no local e hora determinado pela unidade requisitante, da seguinte forma:

12.3.1. Consideram-se aceitos e aprovados os serviços que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da entrega da Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE, após a emissão da Ordem de Serviço firmada pela autoridade responsável.

12.3.2. Caso seja verificada alguma falha na execução, a CONTRATADA será notificada pelo Gestor/Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis para correção.

## 13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO CABE AO FISCAL DO CONTRATO

13.1. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da prestação dos serviços;

13.1.1. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes na proposta apresentada, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

13.1.2. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

13.1.3. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;

13.1.4. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições da Proposta e seus anexos, planilhas, cronogramas etc;

13.1.5. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

13.1.6. Recusar serviço diverso daquele que se encontra especificado no respectivo contrato ou ordem de serviços, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

13.1.7. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

13.1.8. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;

13.1.9. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

### 13.2. CABE AO GESTOR DO CONTRATO

13.2.1. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;

13.2.2. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;

13.2.3. Emitir avaliação da qualidade do serviço;

13.2.4. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

13.2.5. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;

13.2.6. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;

13.2.7. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
assinado por: idUser:56



158



# Governo Municipal de Brejão

exigências contratuais e legais;

13.2.8. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;

13.2.9. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

## 14.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

14.1 O presente objeto não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, salvo, havendo justificativa aceita e vantajosidade para o município, mediante autorização da Autoridade competente.

## 15.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de quantidades ou especificações dos serviços se houve motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2. O CONTRATADO não poderá subcontratar a execução dos serviços, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços entregues.

15.3. Poderão ocorrer prorrogações de prazo de execução, que serão processadas nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes da Lei acima referida.

15.5. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

15.6. Contratada obriga-se aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado a Lei Federal nº 14.133/2021.

## 16.0 DO FORO

16.1 Na esteira do § 1º, do art. 92, da Lei Federal 14.133/2021 para as questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Garanhuns/PE, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, conjuntamente com duas testemunhas.

Brejão-PE, \_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_

CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_

CI-RG sob o nº \_\_\_\_\_

CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Assinatura: \_\_\_\_\_

CPF/MF nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





# Governo Municipal de Brejão

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

8/1/2024

A Prefeitura e Fundos Municipais – Brejão/PE.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024.

1.3. Apresentamos nossa proposta para Constitui objeto do presente Termo de Referência a licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentações e decorações para as festividades, projetos e reuniões da Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde, Assistência e Educação. , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL com as características descritas no Termo de Referência.

#### DADOS DA EMPRESA

Razão Social:					
Nome Fantasia:					
CNPJ/MF nº:		Inscrição Estadual nº:		Inscrição Municipal nº:	
Endereço:	Nº:	Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
Telefone nº:	E-mail:		Celular:		

#### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal:		CPF/MF nº:	RG nº:	Contato nº:	
Estado Civil:	Qualificação:		E-mail:	Celular:	
Endereço:	Nº:	Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:

#### DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

Banco:	Agência:	Conta Corrente:
--------	----------	-----------------

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE E UND. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01 (uma) ESTAÇÃO PORTÁTIL	12 MESES	0,00	0,00
	01 (uma) ESTAÇÃO MÓVEL	12 MESES	0,00	0,00
	01 (uma) ESTAÇÃO REPETIDORA	12 MESES	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00

a) **DECLARAMOS**, que o prazo de validade da Proposta de Preços não está inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

b) **DECLARAMOS**, que estão incluídas nesta Proposta de Preços todos os custos diretos e indiretos, despesas com impostos e tributos incidentes, taxas de administração, produtos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração de preço sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro, necessário ao cumprimento integral do objeto do presente Edital.

c) **DECLARAMOS**, está de acordo com a forma de pagamento dos serviços prestados,



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf  
assinado por: idUser:56



# Governo Municipal de Brejão

conforme consta no presente Edital.

d) **DECLARAMOS**, que as despesas realizadas na elaboração da proposta e participação em todas as etapas do procedimento licitatório ocorrerão por conta da mesma, não havendo direito a indenização.

e) **DECLARAMOS**, ainda ciência de que os preços propostos são fixos e reajustáveis no período constante no tópico “a” e que apresentação implica na nossa plena aceitação de todas as condições estabelecidas na convocação Editalícia e seus anexos.

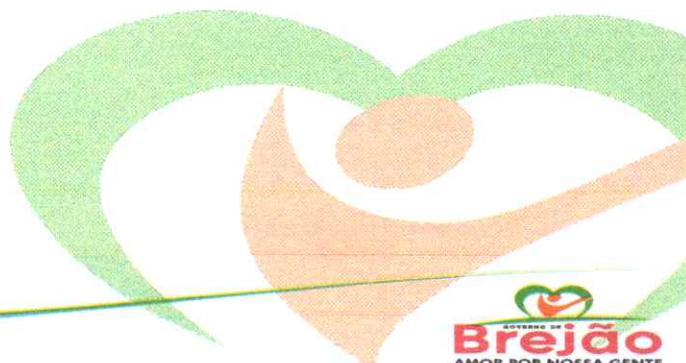
f) **DECLARAMOS**, expressamente que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do presente processo administrativo.

\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_ - \_\_\_\_ UF \_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

Assinatura e carimbo (Representante Legal da Empresa)



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
assinado por: idUser 56







# Governo Municipal de Brejão

## DECLARAÇÃO CONJUNTA

(O presente documento deverá ser elaborado em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ; endereço.)

Apresentar Conforme Teor Especificado

320  
8

A Prefeitura e Fundos Municipais – Brejão/PE.  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2024.**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024.**

DADOS DA EMPRESA					
Razão Social:					
Nome Fantasia:					
CNPJ/MF nº:		Inscrição Estadual nº:		Inscrição Municipal nº:	
Endereço:	Nº:	Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
Telefone nº:	E-mail:			Celular:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL					
Representante Legal:		CPF/MF nº:		RG nº:	
Estado Civil:	Qualificação:		E-mail:	Celular:	
Endereço:	Nº:	Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:

Em cumprimento ao solicitado no Edital de Dispensa 009/2024, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- ✓ Tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- ✓ Declaro não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
- ✓ Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Municipal exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso IV, do art. 14, da Lei 14.133/2021);
- ✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- ✓ Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- ✓ Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- ✓ Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa/MEI, conforme a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. ( ) Sim, ME; ( ) Sim, EPP; ( ) Não, outros enquadramentos.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
http://eouidit-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf  
assinado por: idUser 56



# Governo Municipal de Brejão

- ✓ Não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, não estando proibida de licitar ou contratar com a Administração Pública por estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ambos do Governo Federal;
- ✓ Na elaboração da Proposta Comercial, esta Licitante tomou ciência, anuiu e considerou todos os riscos assumidos em eventual contratação, caso se sagre vencedora desta Licitação;
- ✓ Declara, sob as penas da legislação aplicável, que não se encontra em processo de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.
- ✓ Tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal”, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

321  
B

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (Representante Legal da Empresa)





# Governo Municipal de Brejão

## AVISO DE DISPENSA

Base no Art. nº 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2024.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO (DL) Nº 009/2024.

OBJETO: SERVIÇOS. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÕES E DECORAÇÕES PARA AS FESTIVIDADES, PROJETOS E REUNIÕES DA PREFEITURA E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE REFERENCIA E SEUS ANEXOS.

O MUNICÍPIO DE BREJÃO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.131.076/0001-00, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.230.311/0001-63, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.628.090/0001-74, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.820.772/0001-30, do Estado de Pernambuco, com endereço na sede do Município, os **Ordenadores de Despesas** no uso de suas prerrogativas legal, torna público, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob o **regime de execução dos serviços**, será na **forma indireta**, nos termos do Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal atualiza os valores estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos; Decreto Municipal nº 04, de 04.01.2024, e alterações posteriores, demais normas aplicadas à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta com objetivo de selecionar a mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Nos termos do Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, sessão pública ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis para o processamento da Dispensa que acontecerá, conforme abaixo especificado:

Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	De 11.07 a <b>15.07.2024</b> .
Horário e Data da Abertura de Averiguar Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	<b>10h</b> do Dia <b>16.07.2024</b> .
Referências de Horário	Horário de Brasília – DF.
Endereços para Envio da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	Sede da Prefeitura, localizado na Praça Melquiades Bernardes, 01 – Centro – CEP.: 55.325-000. E-mail: <a href="mailto:licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com">licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com</a> Protocolo por E-mail: Até às 23h59min do último dia. Protocolo <b>Presencial</b> : Até às 16h do último dia
Link do Edital e anexo – Portal da Transparência:	<a href="https://brejao.pe.gov.br/">https://brejao.pe.gov.br/</a>

E-mail: [licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com](mailto:licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com)





# Governo Municipal de Brejão

O preço máximo para a contratação dos serviços do objeto da Licitação é de **R\$ 50.800,60 (CINQUENTA MIL E OITOCENTOS E SESENTA CENTAVOS)**., conforme planilha.

Brejão (PE), 09 de julho de 2024.

  
**ELISABETH BARROS DE SANTANA**  
Gestora

323  
8



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20240925040216.pdf>  
assinado por: idUser 56

E-mail: [licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com](mailto:licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com)

Pca Melquiades Bernardo, 01 Centro - Brejão - PE  
CNPJ: 10.131.076/0001-00





# Governo Municipal de Brejão

## CERTIDÃO

324  
9

**JOAQUIM MEIRA HENRIQUES**, Secretário Municipal de Administração do Município de Brejão, no Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere o cargo.

### CERFITICA:

Para os fins que, foi registrado, publicado e fixado no local de costume para **PUBLICAÇÃO DOS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO** e em lugares públicos de grande circulação pelo fato da inexistência de imprensa oficial, nos termos do Art. 87, c/c Parágrafo Único do Art. 93, Capítulo II, Seções I e V, da Lei Orgânica do Município de Brejão/PE, e Art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco, a **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA - PROCESSO nº 027/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO (DL) nº 009/2024**, tendo como Objeto: Serviços. Constitui objeto do presente Edital a Contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentações e decorações para as festividades, projetos e reuniões da Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL com as características descritas no Termo de Referência.

Por ser verdade, firmo e assino a presente certidão.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREJÃO,  
PERNAMBUCO, EM 10 DE JULHO DE 2024.

**JOAQUIM MEIRA HENRIQUES**  
Secretário Municipal de Administração  
Port. nº 582/2021.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
MUNICÍPIO DE BREJÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO - CPL**

**AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Dispensa de Licitação nº 009/2024. PROCESSO 027/2024** Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentações para os eventos de decorações das festividades, projetos e reuniões da Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde, Assistência e Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL com as características descritas no Termo de Referência.

Na Publicação Vinculada do Diário Oficial do Município-DOM na edição 3621 do dia 27/06/2024. Código Identificador B4E8363D

Onde se lê: 16.900,00(dezesseis mil e novecentos reais).

LEIA-SE: R\$: 50.800,60 (Cinquenta mil e oitocentos e sessenta centavos).

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	De 10.07 a 13.07.2024.
Horário e Data da Abertura de Averiguar Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	10h do Dia 16.07.2024.
Referências de Horário	Horário de Brasília – DF.
Endereços para Envio da Proposta de Preços e documentação de Habilitação:	Sede da Prefeitura, localizado na Praça Melquiades Bernardes, 01 – Centro – CEP.: 55.325-000. E-mail: licitacao.brejao.pe.gov@hotmail.com Protocolo por E-mail: Até às 23h59min do último dia. Protocolo Presencial: Até às 16h do último dia
Link do Edital e anexo – Portal da Transparência:	<a href="https://brejao.pe.gov.br/">https://brejao.pe.gov.br/</a>

Brejão/PE, 09 de julho de 2024.

**ELISABETH BARROS DE SANTANA**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Cleyson Roberto Alves Pascoal  
**Código Identificador:8595F3CA**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 10/07/2024. Edição 3630  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>

325  
8

